

Além da safra perdida: impactos sociais e emocionais das inundações de maio de 2024 em Venâncio Aires (RS)*

Beyond the Lost Harvest: Social and Emotional Impacts of the May 2024 Floods in Venâncio Aires (RS)

Fabíola Martins Imperatori¹

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil

Renato Santos de Souza²

Docente do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil

GT 04 - Meio ambiente, agroecologia, sustentabilidade e mudanças climáticas

Resumo

A intensificação das alterações climáticas tem provocado desastres severos, como as inundações de maio de 2024 no Rio Grande do Sul. Tradicionalmente, as avaliações de danos no meio rural focam nas dimensões material e econômica, invisibilizando as rupturas no tecido social e na saúde mental dos agricultores. Face a esta lacuna, este artigo tem como objetivo analisar os impactos sociais e emocionais das inundações de 2024 sobre os pequenos produtores rurais de Venâncio Aires (RS), a partir das suas experiências e dinâmicas comunitárias. Adotou-se uma abordagem qualitativa e interpretativa, alicerçada na história oral. Realizaram-se 27 entrevistas semiestruturadas, entre agosto e outubro de 2025, com agricultores afetados nos distritos de Vila Mariante e Estância Nova. O tratamento dos dados baseou-se na Análise de Conteúdo temática, à luz da Sociologia dos Desastres. Os resultados demonstram que o evento operou como um colapso social. A ruptura abrupta do cotidiano gerou uma “desposseção múltipla” face ao deslocamento forçado. A dimensão subjetiva materializou-se em sentimentos de medo, tristeza e desespero, instaurando um trauma coletivo que fraturou a segurança ontológica das comunidades. Constatou-se a manifestação de solastalgia e luto ecológico perante a degradação ambiental, culminando em ecoansiedade e topofobia. Conclui-se que as políticas públicas de gestão de risco, marcadamente financeirizadas e restritas ao crédito rural, falham ao ignorar o sofrimento social e emocional das pessoas atingidas. A efetiva reconstrução e a resiliência territorial exigem a incorporação de suporte psicossocial e o fortalecimento das redes de solidariedade, para garantir a permanência segura das populações rurais.

Palavras-chave: Sociologia dos Desastres, agricultura familiar, vulnerabilidade social, luto ecológico, mudanças climáticas.

Abstract

The intensification of climate change has led to severe disasters, such as the May 2024 floods in Rio Grande do Sul. Traditionally, damage assessments in rural areas focus on material and economic dimensions, overlooking disruptions in the social fabric and the mental health of farmers. In light of this gap, this article aims to analyze the social and emotional impacts of the 2024 floods on small rural producers in Venâncio Aires (RS), based on their experiences and community dynamics. A qualitative and interpretative approach was adopted, grounded in oral history. A total of 27 semi-structured interviews were conducted between August and October 2025 with affected farmers in the districts of Vila Mariante and Estância Nova. Data analysis was based on thematic Content Analysis, informed by the Sociology of Disasters. The results show that the event functioned as a social collapse. The abrupt disruption of everyday life generated “multiple dispossession” in the face of forced displacement. The subjective dimension was expressed through feelings of fear, sadness, and despair, establishing a collective trauma that fractured the ontological security of communities. The manifestation of

* O presente trabalho resulta, em parte, da dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2026 no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, vinculado ao Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria, sob a orientação do Prof. Dr. Renato Santos de Souza. O mesmo foi realizado com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

solastalgia and ecological grief was observed in response to environmental degradation, culminating in eco-anxiety and topophobia. It is concluded that public risk management policies, strongly financialized and restricted to rural credit, fail by ignoring the social and emotional suffering of affected populations. Effective reconstruction and territorial resilience require the incorporation of psychosocial support and the strengthening of solidarity networks to ensure the safe permanence of rural populations.

Keywords: disaster sociology, family farming, social vulnerability, ecological grief, climate change.

1. Introdução

A intensificação da crise climática tem reconfigurado a dinâmica planetária, manifestando-se no aumento expressivo da frequência e da severidade de eventos climáticos extremos. Conforme as projeções do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023), o aquecimento global tem provocado alterações drásticas nos regimes pluviométricos, atingindo de maneira desproporcional as populações e os territórios mais vulneráveis.

No estado do Rio Grande do Sul (RS), essa realidade evidenciou-se de forma catastrófica entre o final do mês de abril e o início do mês de maio de 2024, quando um bloqueio atmosférico prolongado despejou volumes de chuva sem precedentes no território. O município de Venâncio Aires, localizado na zona de transição entre os vales do Rio Pardo e do Taquari, registrou 705 milímetros de precipitação em poucos dias, um volume cerca de seis vezes superior à média histórica do período (Folha do Mate, 2024), o que resultou no transbordamento de rios e no isolamento de vastas áreas rurais.

Tradicionalmente, a literatura técnica e as ações do Estado tendem a analisar os desastres ambientais no meio rural sob uma lente estritamente produtivista e contábil. Avalia-se o evento pela materialidade da sua destruição: hectares de lavouras perdidos, toneladas de solo erodido e maquinários danificados. No caso de Venâncio Aires, laudos oficiais estimaram prejuízos iniciais de R\$65 milhões de reais apenas no setor agrícola (EMATER/RS-ASCAR; Prefeitura Municipal de Venâncio Aires, 2024). Contudo, como alerta Abramovay (2020), a crise climática é, fundamentalmente, uma crise social. Ao reduzir o desastre às cifras de quebras de safra, inviabiliza-se uma dimensão central do problema: os impactos na sociabilidade e na saúde mental das populações atingidas, configurando uma lacuna significativa tanto na literatura científica quanto nas políticas de reconstrução.

Para preencher essa lacuna, é fundamental compreender que o rural brasileiro transcende a produção agropecuária, configurando um modo de vida ancorado em vínculos afetivos e sociais (Veiga, 2010). Sob a ótica da Sociologia dos Desastres (Wisner et al., 2024;

Oliver-Smith, 1996), a vulnerabilidade dessas comunidades resulta de uma exposição histórica ao risco, e não de mera fatalidade natural. Assim, quando as inundações desorganizam o território, elas desestruturam identidades (Santos, 2000) e geram processos intensos de desenraizamento (Valêncio, 2009). Essa degradação súbita do lugar de pertencimento instaura a solastalgia (Albrecht, 2005) - o luto e a angústia pela violação do ambiente familiar -, evidenciando o colapso do Sistema Socioecológico local (Berkes; Folke, 2009) e a ruptura da segurança ontológica das famílias.

Nesse sentido, a fim de superar a lógica puramente material que costuma pautar as avaliações de danos hidrológicos, este artigo tem como objetivo analisar os impactos sociais e emocionais das inundações de maio de 2024 sobre os agricultores familiares de Venâncio Aires e suas comunidades (RS). Para captar a complexidade desse fenômeno, optou-se por uma imersão qualitativa e interpretativa na realidade dessas famílias, incorporando a perspectiva da histórica oral. Priorizou-se a escuta atenta e o registro de narrativas, por meio de entrevistas semiestruturadas, de agricultores cujos territórios foram duramente desconfigurados pelas águas, majoritariamente nos distritos de Vila Mariante e Estância Nova.

Ao trazer trechos literais de suas falas e colocar as vivências, o luto e as dinâmicas comunitárias dos sujeitos no centro da análise, o estudo busca evidenciar que a verdadeira reconstrução do meio rural demanda muito mais do que a recuperação de estradas e lavouras, exigindo um olhar crítico sobre a segurança ontológica, a restauração dos laços de solidariedade e o enfrentamento do desenraizamento.

2. Revisão da Literatura

Para aprofundar a análise das dimensões sociais e emocionais, é imperativo situar o fenômeno das inundações no bojo da teoria social contemporânea. Vivemos, conforme postulou Beck (2010), em uma sociedade de risco, na qual as ameaças climáticas e a degradação ambiental não configuram meros acidentes ou forças incontrolláveis da natureza, mas produtos imanentes e sistêmicos do modelo de desenvolvimento imposto pela modernidade capitalista. Nessa perspectiva, a crise ecológica deixa de ser um problema estritamente físico para se revelar uma falha estrutural, exigindo uma leitura sociológica. É a partir desse paradigma que se torna possível desnaturalizar a catástrofe e compreender que o

desastre se materializa exatamente no encontro entre o perigo hidrológico e um tecido socioespacial já fragilizado.

2.1 Desastres climáticos e vulnerabilidade social

A vulnerabilidade rural aos desastres climáticos não é uma fatalidade meteorológica, mas uma construção social e histórica. Embora teóricos como Beck (2011) apontem para uma teórica “democracia do risco” na modernidade avançada, essa premissa revela-se factualmente ilusória, visto que os riscos ambientais são distribuídos de forma profundamente desigual no território. Acserald (2019) alerta que os danos concentram-se desproporcionalmente sobre as populações com menor capacidade de resposta institucional, configurando o que se define como injustiça ambiental.

No meio rural brasileiro, essa vulnerabilidade possui um nítido recorte de classe e poder. Observa-se uma oposição estrutural: de um lado, o agronegócio patronal e de larga escala, que dispõe de terras valorizadas, tecnologias robustas de drenagem e acesso facilitado ao sistema securitário e de crédito; de outro lado, a agricultura familiar, que se encontra desproporcionalmente exposta. Empurrados historicamente pelo processo de colonização para áreas de encosta declivosas ou planícies de inundação (várzeas), os pequenos produtores enfrentam um ciclo vicioso de perdas de capital e endividamento a cada novo evento extremo.

Ademais, essa vulnerabilidade é exacerbada pelo modelo hegemônico de desenvolvimento agrário, herdeiro da Revolução Verde. Conforme apontam Altieri e Nicholls (2017), a modernização pautada na simplificação ecológica e nas monoculturas retira a redundância funcional da natureza, erodindo os mecanismos naturais de defesa dos agroecossistemas e fragilizando as comunidades. A partir da perspectiva da justiça climática, a crise climática não atua no vazio, mas como um multiplicador de ameaças sobre grupos historicamente marginalizados, transformando o meio rural em uma zona de sacrifício dos passivos ambientais.

É justamente para compreender a magnitude material e subjetiva desse sacrifício que se torna necessário articular a noção de risco hidrológico com o conceito geográfico e sociológico do território. Na perspectiva de Santos (2006), o espaço rural deve ser lido como território usado, isto é, a indissociabilidade entre a base física e a identidade, o trabalho e as relações comunitárias que ali se estabeleceram. Por conta dessa intrincada relação, quando a inundação assola uma região de forma violenta, ela não apenas afeta um meio de produção já fragilizado ecologicamente, mas promove o que Haesbaert (2004) denomina de

desterritorialização. Nesse processo de colapso, o agricultor perde muito mais do que a sua safra: perde as referências espaciais e os marcos visuais da paisagem que sustentam sua memória familiar e o seu próprio pertencimento.

Essa dinâmica ganha mais densidade analítica através da teoria dos Sistemas Scioecológicos (SSE) proposta por Berkes e Folke (2009), que postula a interdependência e a coevolução entre os sistemas humanos - e os ecossistemas naturais. A agricultura familiar atua como um autêntico SSE, onde a identidade da família e a viabilidade do agroecossistema são inseparáveis. Contudo, a especialização produtiva intensa e a subordinação a cadeias agroindustriais empurram esses territórios para o que Holling (2001) define como a armadilha da rigidez. Nesse estado, o sistema torna-se altamente eficiente e controlado pelo mercado, porém excessivamente quebradiço. Ao eliminar as redundâncias ecológicas (como as matas ciliares e áreas úmidas diversificadas) em nome da maximização do espaço produtivo, o território perde suas zonas naturais de dissipação de energia. Consequentemente, o evento climático extremo não encontra barreiras físicas ou econômicas, transformando uma perturbação que poderia ser absorvida em um colapso sistêmico catastrófico.

Além disso, como descrevem Walker e Salt (2006), a quebra desse sistema instaura ciclos de retroalimentação (*feedbacks*) negativos cruéis: a perda produtiva e ambiental agrava o endividamento da família; o endividamento impede o reinvestimento em práticas de manejo sustentável; e a ausência desse manejo aprofunda a degradação do solo e a vulnerabilidade territorial futura. Nesse sentido, o desastre climático não se configura como um mero choque externo ou obra do acaso, mas revela e acelera a fratura estrutural das conexões vitais que mantinham a funcionalidade socioambiental daquele território.

2.2 Impactos sociais e emocionais em contextos de desastre

A compreensão do desastre como uma experiência totalizante exige reconhecer que a catástrofe não se encerra quando as águas recuam; é justamente nesse instante que se instaura o “desastre subjetivo” (Valêncio, 2020). No meio rural, a materialidade da terra, os vínculos comunitários e o sentido de pertencimento são elementos estruturantes do modo de vida. Por conseguinte, os impactos ambientais, sociais e psicológicos não operam de forma isolada, mas articulam-se para produzir camadas profundas e complexas de vulnerabilidade, exigindo uma leitura que transcenda a contabilidade de perdas físicas.

A destruição material do território traduz-se imediatamente em uma suspensão abrupta da vida cotidiana e das formas tradicionais de sociabilidade. A quebra da infraestrutura e a perda das lavouras desorganizam os rituais de trabalho que estruturam o que se compreende como o tempo agrícola (Martins, 1979), desorientando a temporalidade, as expectativas de futuro e a própria identidade laboral das famílias.

Ao analisar os deslocamentos forçados gerados por eventos climáticos extremos, Oliver-Smith (1996) descreve o fenômeno da “perda do lugar” como uma “desposseção múltipla”: a família agricultora perde, de uma vez só, a moradia, a fonte de sustento, a memória material e o senso de continuidade intergeracional. Dessa forma, essa desterritorialização converte espaços antes familiares em cenários irreconhecíveis, criando uma sensação de “não-lugar” (Augé, 1994), onde a paisagem arruinada atua como um lembrete visual constante do trauma. O colapso do mundo material precipita, assim, processos agudos de desenraizamento social (Valêncio, 2009), esvaziando as redes de reciprocidade (como os mutirões) e impulsionando um êxodo rural forçado.

Consequentemente, a dimensão subjetiva dessa desposseção manifesta-se de maneira contundente pela erosão da segurança ontológica (Giddens, 1991), isto é, a quebra da confiança básica que os indivíduos possuem na constância e na previsibilidade do seu ambiente. Quando as inundações invadem o espaço doméstico e as lavouras, instala-se um estado de vulnerabilidade absoluta que fratura a crença de que o território é um espaço seguro para a reprodução da vida. Essa experiência limite, quando compartilhada por toda uma comunidade, configura um autêntico trauma coletivo (Erikson, 1976), um golpe no tecido social que danifica os laços de solidariedade primária e divide a biografia dos sujeitos entre a segurança do “antes” e a incerteza do “depois”.

A crise ambiental deixa de ser um fator externo e invade a vida privada, convertendo a precariedade estrutural em uma aflição psicossocial duradoura, fenômeno que Kleinman (1988) conceitua como sofrimento social. Nesse cenário de desestabilização contínua, a relação afetiva com o território sofre uma mutação radical. A topofilia - o vínculo afetivo e o elo identitário com o lugar - entra em confronto direto com a topofobia, o medo e a aversão a um ambiente que se tornou letal (Tuan, 1980). A partir da constatação da degradação irreversível do espaço de vida, os agricultores passam a vivenciar a solastalgia (Albrecht, 2005): a angústia psíquica daquele que testemunha a violação do seu lar sem nunca tê-lo abandonado fisicamente; é a dor do exílio vivenciada dentro da própria propriedade.

Associado a isso, instaura-se o luto ecológico (Cunsolo; Ellis, 2018), que transcende o luto humano tradicional para englobar a perda dos ecossistemas, animais de criação e paisagens ancestrais. O resultado prático desse amálgama de luto e trauma é o estabelecimento de uma ecoansiedade e de um estado de hipervigilância, no qual a chuva, outrora um elemento vital e sagrado para a agricultura, transmuta-se em um gatilho permanente de pânico que paralisa a capacidade de projeções de futuro das famílias.

A despeito da gravidade dessa fratura subjetiva e do esfacelamento das redes comunitárias, tais dimensões encontram-se sistematicamente marginalizadas e invisibilizadas no âmbito das políticas de Estado. A gestão de desastres e a atuação da Defesa Civil no Brasil permanecem enraizadas em uma lógica puramente reativa e assistencialista, deixando o meio rural em um perverso vazio institucional de amparo civil. Como alerta Marandola Jr. (2017), existe uma hegemonia das métricas estritamente quantitativas nos relatórios oficiais de danos, que contabilizam com precisão quilômetros de estradas destruídas, tratores danificados e hectares submersos, mas revelam-se epistemologicamente incapazes de registrar a erosão dos laços de pertencimento e o luto territorial.

Soma-se a essa cegueira institucional a financeirização das políticas de gestão de risco agropecuário (Niederle et al., 2022). O foco estatal quase exclusivo em mecanismos de mercado, como o crédito emergencial e o seguro rural, promove a individualização do risco climático, tratando um colapso socioecológico sistêmico como se fosse uma mera falha financeira pontual da unidade produtiva. Ao ignorar o trauma, a solastalgia e as complexas dinâmicas de solidariedade, o Estado negligencia a verdadeira base da resiliência territorial, perpetuando o desamparo institucional e acelerando o rompimento definitivo das populações com o meio rural.

3. Metodologia

Para apreender a complexidade dos impactos sociais e emocionais das inundações de maio de 2024 no Rio Grande do Sul, este artigo adota uma abordagem qualitativa, alicerçada no paradigma interpretativista. Esta perspectiva fundamenta-se na premissa de que a realidade social é construída subjetivamente, exigindo que o pesquisador compreenda o fenômeno a partir dos sentidos e significados atribuídos pelos próprios sujeitos às suas ações e ao mundo (Denzin; Lincoln, 2006). Considerando que as dimensões da vulnerabilidade, do luto ecológico e da desterritorialização não se limitam a serem mensuradas unicamente por

variáveis quantitativas, a pesquisa buscou uma imersão nos significados que os sujeitos atribuem às suas vivências.

Nesse sentido, incorporou-se a perspectiva da história oral como eixo epistemológico e metodológico, a qual se define como um procedimento que privilegia as narrativas e a memória como fontes de conhecimento essenciais para acessar experiências que os registros oficiais são incapazes de alcançar (Meihy; Holanda, 2011). Tal abordagem revelou-se fundamental para captar o desastre subjetivo e o trauma coletivo frequentemente invisibilizados nos laudos técnicos.

O estudo foi conduzido no município de Venâncio Aires, situado na região central do Rio Grande do Sul. A delimitação espacial concentrou-se majoritariamente no 2º Distrito (Vila Mariante) e no 9º Distrito (Vila Estância Nova) (Figura 1). A escolha dessas localidades justifica-se por sua extrema vulnerabilidade geomorfológica, uma vez que se situam nas planícies de inundação do Rio Taquari e foram historicamente ocupadas por um adensamento de pequenas propriedades familiares integradas a cadeias agroindustriais (especialmente a fumicultura).

Figura 1 - Localização dos Distritos de Venâncio Aires



Fonte: Elaborado por Imperatori (2025).

A principal técnica de coleta de dados consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares atingidos. É importante destacar que a pesquisa de campo foi realizada entre os meses de agosto e outubro de 2025, permitindo analisar os efeitos persistentes do desastre mais de um ano após o recuo das águas. A seleção dos 27 participantes que compuseram a amostra final seguiu critérios de inclusão e exclusão:

- A. **Critério de Localização e Impacto:** as propriedades deveriam estar situadas dentro da mancha oficial de inundação delimitada por satélite pela Prefeitura Municipal de Venâncio Aires e ter sofrido danos diretos;
- B. **Critério Produtivo:** o participante deveria exercer atividade agropecuária como fonte de renda ou subsistência, excluindo-se propriedades de lazer;
- C. **Critério de Voluntariedade:** a participação ocorreu de forma voluntária, após a apresentação e compreensão dos objetivos da pesquisa.

As entrevistas foram complementadas por observação sistemática de campo - com registro fotográfico e diário de campo das marcas físicas do desastre e das dinâmicas de reconstrução - e por pesquisa documental, utilizando dados socioeconômicos e laudos hidrológicos da Defesa Civil, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) e da Emater/RS-Ascar, para a triangulação das informações.

O tratamento dos dados primários seguiu os pressupostos da Análise de Conteúdo na modalidade temática (Bardin, 2011). Após a transcrição integral dos relatos orais, realizou-se a codificação das unidades de sentido, que foram agrupadas em categorias analíticas *a priori* e *a posteriori*, divididas em dois grandes eixos: dinâmicas de desenraizamento e ruptura das redes de apoio comunitária; e sofrimento psíquico, solastalgia e luto pelo território. Para preservar a identidade e a segurança emocional dos participantes, adotou-se um sistema de codificação alfanumérica nas citações diretas, em que a letra “A” corresponde ao grupo de agricultores participantes da pesquisa e os números identificam cada indivíduo (A1, A2...A27). A interpretação final consistiu no cruzamento dessas narrativas subjetivas com o referencial teórico e os dados secundários oficiais, conferindo densidade analítica aos achados.

4. Discussão dos Resultados

4.1 A dimensão material do desastre

Antes de adentrar às dimensões subjetivas e sociais que fundamentam este estudo, é essencial situar materialmente a magnitude do desastre que reconfigurou a geografia de Venâncio Aires em maio de 2024. O evento climático extremo afetou diretamente mais de 23.600 pessoas no município, forçando o deslocamento massivo e a lotação de abrigos públicos (G1, 2024). O epicentro dessa destruição localizou-se nas áreas de planície do Rio Taquari, com impacto avassalador sobre o 2º Distrito. Em Vila Mariante, estimativas apontaram que cerca de 80% das residências foram severamente danificadas ou totalmente varridas pela força das águas, incluindo a destruição de infraestrutura comunitária básica, como o posto de saúde e a escola estadual da localidade (Jornal do Comércio, 2024).

Assim, essa desintegração física do espaço construído impôs um cenário de terra arrasada que precede a própria crise agrícola. No que tange estritamente ao impacto no setor primário e na agricultura familiar, os levantamentos técnicos evidenciam a falência múltipla dos agroecossistemas locais. Segundo o laudo da Emater/RS-Ascar (2024), cerca de 320 propriedades rurais do município foram classificadas como completamente inviáveis a curto e médio prazos para a retomada das atividades produtivas, devido à erosão extrema e a perda de solo. Soma-se a esse passivo a mortandade trágica e expressiva de criações, contabilizando o afogamento de mais de 4.400 bovinos, além de milhares de aves, suínos e ovinos.

Contudo, a imersão qualitativa conduzida no território revelou que essa fria contabilidade de hectares submersos e carcaças de animais captura apenas a camada mais superficial do problema. A materialidade da catástrofe operou como um violento gatilho para a desestruturação profunda da vida rural. As narrativas recolhidas evidenciam que, muito além da quebra produtiva, o desastre se desbordou em três eixos centrais de impacto social e emocional, apresentados a seguir.

4.2 Ruptura do cotidiano e perdas sociais

A primeira camada de impacto vivenciada pelas famílias foi a suspensão abrupta da previsibilidade do cotidiano. A força física das águas não somente destruiu lavouras, mas rasurou a paisagem que servia de suporte à memória e à identidade local. O território, outrora familiar e legível, tornou-se irreconhecível. Dessa forma, essa desconfiguração é descrita de forma dramática pelo Entrevistado A26, morador de Vila Mariante: “o Mariante que eu

conhecia não existe mais [...] Olhando hoje, parece terra arrasada, parece que caiu uma bomba". Esse relato materializa o que Haesbaert (2004) define como desterritorialização: o sujeito perde as referências espaciais e os marcos visuais que dão sentido ao território usado (Santos, 2000), resultando numa alienação geográfica repentina.

A ruptura do metabolismo produtivo gerou uma interrupção dos rituais de trabalho e do tempo agrícola. Sem a lavoura, o agricultor depara-se com a impossibilidade de manter a sociabilidade comunitária, evidenciando que a resiliência social depende do capital econômico. O Entrevistado A25 sintetiza essa fratura: *"Socialmente? Quebrou. Muita gente descapitalizada, sem dinheiro pra ir no baile, no churrasco. O convívio social diminuiu"*. É a manifestação empírica do desenraizamento apontado por Valêncio (2009), em que a perda material esvazia o espaço público de convivência.

Adicionalmente, a inviabilidade de permanência em áreas de risco extremo impulsionou dinâmicas de deslocamento forçado. Ao migrar para a área urbana, o agricultor, enfrenta o que Oliver-Smith (1996) denomina como "desposseção múltipla": a supressão simultânea do teto, do pertencimento e da identidade laboral. A fala do Entrevistado A26 atesta essa dupla exclusão (espacial e profissional): *"eu só sei lidar na lavoura, aqui na cidade eu fico perdido"*.

Dessa forma, essa confissão de limitação não deve ser lida sob a ótica da escassez ou da falta de qualificação, mas como uma constatação trágica de que o conhecimento do agricultor familiar é um saber estritamente territorializado. O domínio prático sobre o manejo do solo e das lavouras, a leitura dos microclimas e o cuidado com os animais constitui um "saber-fazer" histórico (Wanderley, 2009) que se torna abruptamente obsoleto e sem valor de troca no cenário do asfalto. A cidade, regida pela racionalidade urbano-industrial, atua como um ambiente hostil que desvaloriza e invisibiliza as competências socioprofissionais desse sujeito. Ao ser apartado da sua base ecológica, o indivíduo é destituído do seu papel social de produtor e provedor, pilares que sustentam a dignidade, a moralidade e a própria identidade do "ser colono" na região Sul.

Consequentemente, o sentimento de "estar perdido" revela um esvaziamento ontológico que ultrapassa a desorientação física. No campo, a despeito das tensões com o mercado, a família agricultora resguarda uma margem fundamental de autonomia sobre a organização do próprio trabalho. No exílio urbano forçado pelas inundações, esses sujeitos perdem essa autonomia e convertem-se, subitamente, em mão de obra desqualificada para os padrões urbanos. São empurrados para a dependência de redes de assistencialismo ou para as

franjas precarizadas do mercado de trabalho formal. Nesse sentido, esse processo de proletarização compulsória agrava o trauma do desastre, pois a ruptura com a terra aniquila não somente o patrimônio material construído ao longo de uma vida, mas o próprio projeto de reprodução social da família, inviabilizando que o modo de vida agrícola seja legado às futuras gerações.

4.3 Medo, insegurança e sofrimento emocional

Para compreender a dimensão do impacto subjetivo relatado pelos agricultores, elaborou-se uma nuvem de palavras (Figura 2) utilizando a plataforma de design *Vennngage*, baseada na frequência lexical dos termos associados à experiência do desastre (Bardin, 2011). Os resultados revelaram a centralidade absoluta de três sentimentos: medo, tristeza e desespero. A proeminência desses termos indica que a experiência primária da catástrofe não foi contabilizada pelos sujeitos como mero prejuízo econômico, mas como uma ameaça a própria experiência, instaurando um trauma coletivo que fragmentou a segurança ontológica (Giddens, 1991) das comunidades - a confiança básica na constância do ambiente.

Figura 2 - Nuvem de palavras representativas dos sentimentos relatados pelos agricultores



Fonte: Elaborado por Imperatori (2025).

O momento agudo da inundação, marcado pelo desespero, foi caracterizado pela vulnerabilidade absoluta e pela dissociação psicológica. A Entrevistada A3 relata que “*na hora nem caía a ficha do que estava acontecendo [...] parecia que eu estava anestesiada*”.

Segundo Erikson (1976), essa suspensão da normalidade cria um trauma coletivo que divide a biografia dos sujeitos entre a proteção do antes e a ameaça contínua do depois.

Após o recuo das águas, a tristeza evidenciada na nuvem de palavras materializou-se diante da paisagem devastada. O agricultor chora não somente a perda financeira, mas a morte de seres não-humanos com os quais possuíam vínculos afetivos, configurando o luto ecológico descrito por Cunsolo e Ellis (2018). O relato do Entrevistado A2 ilustra essa dimensão subjetiva invisibilizada pelos laudos oficiais: *“eu fiquei triste foi porque meu gado foi todo embora [...] Imagina tu chegar em casa e ver todos os teus bicho boiando”*. Diante da propriedade arruinada, a comunidade é acometida pela solastalgia (Albrecht, 2005): a angústia desesperadora de sentir-se exilado dentro do próprio lar que foi ambientalmente violado.

O somatório dessas perdas, atrelado a sentimentos secundários mapeados na pesquisa como impotência e angústia, culminou num estado de ecoansiedade coletiva. O medo (termo mais central da nuvem de palavras) converteu a chuva, outrora vital, numa ameaça letal. O Entrevistado A6 expressa a consolidação da topofobia (Tuan, 1980): *“hoje qualquer chuva mais forte já dá medo. A gente fica sempre em alerta”*. Como alerta a Entrevistada A27: *“a saúde mental da comunidade tá bem frágil [...] qualquer chuva o pessoal já entra em pânico”*. Nesse processo, a insegurança estrutural e ambiental converte-se no sofrimento social teorizado por Kleinman (1988), instalando-se no corpo como uma doença crônica de incerteza típica da sociedade de risco (Beck, 2010).

Em suma, os dados lexicais e os relatos biográficos convergem para uma realidade onde o desastre transcende o evento físico e se instala como uma condição psíquica permanente. A resignificação da chuva - elemento historicamente vital para a agricultura - em um símbolo de ameaça letal sinaliza uma ruptura drástica na relação de confiança entre o agricultor e o seu ecossistema. Portanto, o sofrimento social e a ecoansiedade mapeados não são meros efeitos colaterais, mas sim o cerne de uma crise de identidade e de segurança ontológica que reconfigura o rural. Sem o reconhecimento dessa fragilidade emocional, qualquer esforço de reconstrução puramente técnico permanecerá incompleto, pois ignora o território, que antes de ser um espaço de produção é o alicerce simbólico onde a vida e a memória dessas famílias são ancoradas.

4.4 Redes de Solidariedade e estratégias de reconstrução

Diante da lentidão das respostas institucionais nas primeiras horas da catástrofe ambiental - agravada pelo fato de que o estado do Rio Grande do Sul enfrentava um colapso sistêmico e simultâneo em centenas de município, estrangulando a capacidade logística e de resgate da Defesa Civil -, a mitigação inicial dos danos dependeu exclusivamente do capital social local. O mutirão, prática tradicional no meio rural ancorada em laços de dádiva e parentesco, foi readaptado para o cenário de catástrofe. O Entrevistado A10 descreve essa auto-organização: *“teve mutirão para limpar lavoura, casa, estrada. Um emprestou máquina, outro ajudou com a mão de obra”*.

A dor partilhada acabou por transformar vizinhos em uma comunidade de destino: *“no abrigo a gente virou uma família [...] a dor uniu a gente”*, afirma A26. Contudo, os próprios agricultores têm a lucidez de reconhecer os limites dessa ajuda mútua, rejeitando implicitamente a premissa de resiliência neoliberal que delega aos atingidos o custo total da adaptação. A solidariedade limpa a lama, mas não reconstrói o solo degradado, nem resolve falhas de infraestrutura pesada, como a recuperação de pontes arrastadas, a recuperação de rodovias vicinais destruídas, o restabelecimento das redes elétricas e a dragagem de rios assoreados. O Entrevistado A13 é categórico: *“sozinho o produtor não consegue dar conta de tudo isso”*, evidenciando que a auto-organização não isenta o Estado do seu dever de governança.

Apesar da exaustão psicológica, o movimento de reconstrução revela uma estratégia amparada no que os próprios entrevistados denominam “a teimosia do colono”. Limpar a propriedade e replantar a lavoura não é apenas um imperativo econômico, é um ato de “re-existência” (Porto-Gonçalves, 2006). É a tentativa de recuperar a agência política sobre um território em colapso, curando simultaneamente a terra ferida e a identidade esfacelada do agricultor.

No entanto, do ponto de vista sociológico é necessário problematizar a romantização dessa teimosia. Apoiar a recuperação do rural gaúcho calcada unicamente na resiliência histórica e no esforço físico extenuante das famílias atingidas significa naturalizar a omissão estatal. Para que a re-existência seja sustentável, o ímpeto de sobrevivência da comunidade precisa ser amparado por políticas públicas estruturantes. Sem o acesso a linhas de fomento desburocratizadas, perdão de dívidas, assistência técnica contínua na recuperação agrônômica dos solos e projetos reais de adaptação climática, a força de vontade do agricultor corre o risco de converter-se em um ciclo perpétuo de autoexploração, precarização e adoecimento.

4.5 Síntese analítica: vulnerabilidade e respostas institucionais

A articulação entre as evidências empíricas em Venâncio Aires e a literatura especializada confirma que os desastres climáticos não podem ser reduzidos a balanços contábeis e estruturais. A experiência documentada corrobora com a perspectiva da Sociologia dos Desastres de que a vulnerabilidade rural é uma construção social, e a inundação atua como um revelador de desigualdades sistêmicas (Beck, 2010; Acsegrad, 2004).

O processo de desenraizamento e a crise identitária relatadas pelos agricultores deslocados (como a perda do sentido na área urbana) ilustram de forma fidedigna o conceito de “desposseção múltipla” teorizado por Oliver-Smith (1996). Quando o sistema socioeconômico colapsa (Berkes; Folke, 2009), a ruptura transborda a materialidade. A solastalgia e o luto ecológico, manifestados de forma pungente nas narrativas sobre a perda da fertilidade do solo e a morte dos animais, evidenciam a existência de bloqueios psicossociais que comprometem a capacidade de adaptação comunitária.

Evidencia-se, assim, uma grave assimetria entre as necessidades reais das populações afetadas e a arquitetura das políticas públicas de recuperação. Enquanto os agricultores demandam o apoio psicossocial e a reconstrução da segurança ontológica do território (Giddens, 1991), o Estado insiste em uma gestão de risco marcadamente financeirizada (Niederle et al., 2022). Recorrer exclusivamente a seguros e linhas de crédito emergencial individualiza o colapso climático, imputado ao agricultor familiar a responsabilidade solitária pela superação de um trauma coletivo.

O fenômeno da ecoansiedade indica que o desastre continua a inscrever-se no cotidiano muito após o recuo das águas. Dessa forma, ignorar esta dimensão nos planos de reconstrução rural e extensão agropecuária perpetua o que Beck (2010) define como irresponsabilidade organizada: a institucionalização de lógicas estatais que gerenciam o risco de forma técnica e financeira, mas se eximem de assumir a responsabilidade pelas consequências humanas e subjetivas da catástrofe. A resiliência sustentada apenas na “teimosia do colono” e na solidariedade de proximidade encontra-se no seu limite. É imperativo que as intervenções estatais transcendam o mero assistencialismo material e incorporem estratégias de justiça socioambiental que reestabeleçam o rural não apenas como um espaço de produção viável, mas como um lugar seguro, devolvendo às populações o direito à previsibilidade e à saúde mental.

5. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar os impactos sociais e emocionais das inundações de maio de 2024 sobre os agricultores familiares atingidos de Venâncio Aires (RS), a partir de suas próprias experiências, percepções e elaborações. Através da escuta atenta propiciada pela história oral, foi possível constatar que o evento climático extremo atuou como um desastre totalizante. Para além da submersão das lavouras e da destruição das infraestruturas, a catástrofe fraturou a estabilidade econômica, a coesão comunitária e a saúde mental das famílias atingidas, configurando um profundo colapso socioecológico.

Os principais resultados empíricos revelam que o sofrimento social imposto materializou-se na solastalgia e no luto ecológico face à paisagem desfigurada, bem como no trauma do desenraizamento e na perda da identidade laboral. A análise das narrativas evidenciou que o medo, a tristeza e o desespero ditaram a experiência do desastre, instaurando um quadro de ecoansiedade em que a chuva se converteu num gatilho permanente de pânico e tofobia. Verificou-se ainda que, embora as redes de solidariedade local e os mutirões tenham sido vitais para a sobrevivência inicial, a “teimosia do colono” encontra-se no seu limite de exaustão, sendo incapaz de reverter, por si só, a vulnerabilidade estrutural do território sem o devido amparo governamental.

Estes resultados sublinham a urgência de uma mudança de paradigma na gestão de desastres e no planejamento do desenvolvimento rural. Evidencia-se a necessidade de formulação de políticas públicas que sejam genuinamente sensíveis aos impactos sociais e que não se restrinjam à métrica financeira, à reposição material ou ao crédito securitário. É crucial que as intervenções estatais passem a incluir a dimensão psicossocial, o acolhimento do trauma e o fortalecimento das redes comunitárias como eixos fundamentais da recuperação. Ignorar a saúde mental e a urgência de restaurar a segurança ontológica destas populações equivale a perpetuar a injustiça socioambiental, promovendo um êxodo rural silencioso e forçado pelo medo.

Por fim, o estudo contribui de forma incisiva para os debates sobre desenvolvimento rural, justiça climática e extensão agropecuária. Demonstra-se que a verdadeira reconstrução de um território devastado exige o reconhecimento do agricultor na sua totalidade humana e afetiva. Garantir a permanência sustentável e segura no campo face ao inevitável agravamento das emergências climáticas globais, requer que o Estado e a sociedade passem a tratar o meio rural não apenas como um mero espaço produtivo e econômico, mas, fundamentalmente, como um território de vida, de memória e de dignidade.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Amazônia**: por uma economia do conhecimento da natureza. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zouk: Relume Dumará, 2020.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.

ACSELRAD, Henri. Desregulamentação, conflitos ambientais e justiça climática no Brasil. In: RIO, G. A. P.; IASI, M. L.; PAULA, L. A. M. (org.). **Por que lutamos?: o futuro do Brasil e o futuro do mundo**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2019. p. 123-142.

ALBRECHT, Glenn. 'Solastalgia': a new concept in human health and identity. **PAN: Philosophy Activism Nature**, [S. l.], v. 3, p. 41-55, 2005.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara I. **Agroecology**: the science of sustainable agriculture. 2. ed. Boca Raton: CRC Press, 2017.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

BERKES, Fikret; FOLKE, Carl (ed.). **Linking social and ecological systems**: management practices and social mechanisms for building resilience. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNSOLO, Ashlee; ELLIS, Neville R. Ecological grief as a mental health response to climate change-related loss. **Nature Climate Change**, v. 8, n. 4, p. 275-281, 2018.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

EMATER/RS-ASCAR. **Laudo de perdas na agricultura de Venâncio Aires**. Venâncio Aires: Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar, 2024.

EMATER/RS-ASCAR; SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL. **Laudo Técnico Circunstanciado dos Prejuízos Decorrentes da Enchente, Alagamentos, Inundações, Enxurradas, Granizos Isolados, Vendavais e Deslizamentos de Grande Intensidade**. Venâncio Aires: Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar, 2024.

ERIKSON, Kai T. **Everything in its path**: destruction of community in the Buffalo Creek flood. New York: Simon and Schuster, 1976.

FOLHA DO MATE. Prejuízo após enchente chega a R\$ 92 milhões na zona rural de Venâncio Aires. **Folha do Mate**, Venâncio Aires, 15 maio 2024. Disponível em: <https://folhadomate.com/noticias/rural/prejuizo-apos-enchente-chega-a-r-92-milhoes-na-zona-rural-de-venancio/>. Acesso em: 26 dez. 2025.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

G1. Mariante: a vila gaúcha de 250 anos arrasada pelas enchentes. **G1 Rio Grande do Sul**, 18 maio de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/18/mariante-vila-gaucha-250-anos-arrasada-enchentes.ghtml>. Acesso em: 24 mar 2026.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLLING, Crawford S. Understanding the complexity of economic, ecological, and social systems. **Ecosystems**, Nova York, v. 4, n. 5, p. 390-405, 2001.

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Mudança do Clima 2023**: relatório síntese. Genebra: IPCC, 2023.

JORNAL DO COMÉRCIO. Vila Mariante teve 80% das casas destruídas em Venâncio Aires. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 23 maio 2024. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/jornal-cidades/2024/05/1155946-vila-mariante-teve-80-das-casas-destruidas-em-venancio-aires.html>. Acesso em: 24 mar 2026.

KLEINMAN, Arthur. **The illness narratives**: suffering, healing, and the human condition. New York: Basic Books, 1988.

MARANDOLA JR., Eduardo. O desastre como experiência vivida: vulnerabilidade e a contribuição da geografia humana para sua análise. In: VALÊNCIO, N. (org.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2017. v. 3.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NIEDERLE, Paulo *et al.* Ruptures in the agroecological transitions: institutional change and policy dismantling in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, Londres, v. 50, n. 3, p. 931-953, 2022.

OLIVER-SMITH, Anthony. **The angry earth**: disaster in anthropological perspective. New York: Routledge, 1996.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VALÊNCIO, Norma *et al.* A produção social do desastre: dimensões territoriais e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. **Teoria & Pesquisa**, Brasília, DF, v. 18, n. 1, 2009.

VALÊNCIO, Norma. **Sociologia dos Desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. 5. ed. São Carlos: RiMa Editora, 2020.

VEIGA, José Eli da. **A desmistificação do rural**. Brasília, DF: IPEA, 2010. (Texto para Discussão, n. 1444).

WALKER, Brian; SALT, David. **Resilience thinking**: sustaining ecosystems and people in a changing world. Washington: Island Press, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WISNER, Ben *et al.* **At risk**: natural hazards, people's vulnerability and disasters. 2. ed. London: Routledge, 2014.